



ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES DA COVID-19 NA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EM ANGOLA NO PERÍODO DE 2020–2021

ANALYSIS OF THE IMPLICATIONS OF COVID-19 ON BUDGET EXECUTION IN ANGOLA FOR THE PERIOD 2020-2021

ANÁLISIS DE LAS IMPLICACIONES DE LA COVID-19 EN LA EJECUCIÓN PRESUPUESTARIA EN ANGOLA DURANTE EL PERÍODO 2020-2021

João de Sousa Kassinda¹

e4104224

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i10.4224>

PUBLICADO: 10/2023

RESUMO

Este trabalho está subordinado ao tema: análise das implicações da Covid-19 na execução orçamental em Angola, no de período 2020–2021. Visou analisar as reais implicações que a pandemia da Covid-19 teve sobre o processo de execução orçamental, partindo do pressuposto de que, tão logo começou a se identificar os primeiros casos de infecção por Covid-19, o Governo angolano tomou medidas para conter a propagação do surto do vírus, medidas entre as quais o confinamento, a limitação laboral, o encerramento das fronteiras, só para citar estas, que, ao serem adoptadas, reflectiram significativamente na contenção do vírus em termos de propagação por um lado e, por outro, afectaram negativamente a economia angolana, causando uma quebra na produção e no consumo. A queda do preço do barril de petróleo, aliada à crise sanitária, forçou o governo angolano a rever em baixa o Orçamento Geral do Estado (OGE) referente ao ano 2020 cuja revisão incidiu sobre a redução do volume de receitas públicas e o adiamento da execução de alguns projectos, comprometendo assim o plano financeiro e os objectivos traçados para o ano de 2020. As implicações que a Covid-19 trouxe para a execução orçamental foram tão significativas que o Governo teve de aumentar as despesas com a saúde no Orçamento Geral do Estado-2021, cuja execução foi feita com base no ambiente de incerteza que a pandemia causou na economia angolana.

PALAVRAS-CHAVE: Implicações. Covid-19. Execução orçamental.

ABSTRACT

This work is focused on the analysis of the implications of Covid-19 on budget execution in Angola during the period of 2020-2021. It aimed to examine the real impacts that the Covid-19 pandemic had on the budget execution process, assuming that as soon as the first cases of Covid infection were identified, the Angolan government took measures to contain the virus outbreak. These measures included lockdowns, labor restrictions, border closures, among others, which significantly contributed to the containment of the virus in terms of its spread but negatively affected the Angolan economy, causing a decline in production and consumption. The fall in oil prices, coupled with the healthcare crisis, forced the Angolan government to lower the General State Budget (OGE) for 2020, involving a reduction in public revenue and the postponement of some projects, thus compromising the financial plan and objectives set for the year 2020. The implications of Covid-19 on budget execution were so significant that the government had to increase healthcare expenses in the General State Budget for 2021, which was executed in an environment of uncertainty caused by the pandemic's impact on the Angolan economy.

KEYWORDS: Implications. Covid-19. Budget Execution.

RESUMEN

Este trabajo se enfoca en el análisis de las implicaciones de la Covid-19 en la ejecución presupuestaria en Angola durante el período 2020-2021. Su objetivo fue examinar los impactos reales que la pandemia de la Covid-19 tuvo en el proceso de ejecución presupuestaria, asumiendo que tan pronto como se

¹ Especialista em Economia pela Universidade Lusíada de Angola. Docente na Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades da Universidade do Namibe. Licenciado em Economia e Gestão com especialidade em Economia pela Universidade Katyavala Bwila, Pós-Graduado e Mestrando em Economia pelo Centro de Investigação e Pós-Graduação da Universidade Lusíada de Angola.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES DA COVID-19 NA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EM ANGOLA NO PERÍODO DE 2020–2021
João de Sousa Kassinda

identificaron los primeros casos de infección por Covid, el gobierno angoleño tomó medidas para contener el brote del virus. Estas medidas incluyeron confinamientos, restricciones laborales, cierres de fronteras, entre otras, que contribuyeron significativamente a la contención del virus en términos de su propagación, pero afectaron negativamente a la economía angoleña, causando una disminución en la producción y el consumo. La caída de los precios del petróleo, junto con la crisis sanitaria, obligó al gobierno angoleño a reducir el Presupuesto General del Estado (OGE) para 2020, lo que implicó una disminución de los ingresos públicos y el aplazamiento de algunos proyectos, comprometiendo así el plan financiero y los objetivos establecidos para el año 2020. Las implicaciones de la Covid-19 en la ejecución presupuestaria fueron tan significativas que el gobierno tuvo que aumentar los gastos de atención médica en el Presupuesto General del Estado para 2021, que se ejecutó en un entorno de incertidumbre causado por el impacto de la pandemia en la economía angoleña.

PALABRAS CLAVE: Implicaciones. Covid-19. Ejecución Presupuestaria.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos tempos, as crises sanitárias afligiram a vida das populações. Ao se propagarem, as pandemias não só trouxeram um novo normal, alterando modo de vida das pessoas, como também tiveram um impacto gigantesco nos índices de mortalidade. As pandemias não somente afectam a condição sanitária das sociedades como também a economia de uma forma geral, impactando negativamente a produção, distribuição e consumo de bens e serviços.

Por se tratar de um vírus, as pandemias, devido à sua rapidez de propagação, os países foram sempre obrigados a adoptar medidas de confinamento social, que de certa maneira têm afectado a redução do consumo, da produção e, conseqüentemente, o aumento do desemprego causado pela crise sanitária. Em função disso, os Governos sentem-se forçados a criar um conjunto de políticas por intermédio de esforços baseados em: manter o confinamento e quebrar a economia ou desconfinar e relançar aos poucos a actividade económica. Com esta situação, os governos, por um lado devem manter medidas restritivas para evitar a propagação de certas doenças e, por outro, aliviar as restrições como formas de garantir o normal funcionamento da economia.

Quanto à pandemia do novo coronavírus (Covid-19), esta obrigou os governos de muitos países a restringirem o normal funcionamento da actividade económica, como forma de controlar a propagação do vírus, facto que contribuiu para o abrandamento da actividade produtiva das empresas, afectando negativamente as economias e o processo de execução da política fiscal (CMC, 2020).

Na opinião do CEIC (2020), a Covid-19 se tem revelado uma grande ameaça à vida humana e um factor de perturbação da economia, como resultado da queda abrupta da procura, com a redução do consumo a nível mundial, em decorrência da adopção de medidas de confinamento e isolamento social, voluntárias ou compulsivas, a contracção da oferta e a redução da capacidade produtiva dos agentes económicos, gerada pelas restrições ao exercício de actividade económica imposta pelos Governos e por interrupções na cadeia de suprimento globais, com impacto significativo sobre o comércio internacional.

Os efeitos adversos da Covid-19 têm forçado sobretudo o Governo angolano a rever suas finanças públicas, no capítulo das despesas orçamentais, de forma a afectar cada vez mais despesas para aquisição de equipamentos hospitalares, materiais de biossegurança e respectivas vacinas contra



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES DA COVID-19 NA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EM ANGOLA NO PERÍODO DE 2020–2021
João de Sousa Kassinda

a Covid-19, com a finalidade de evitar a propagação do vírus.

O presente estudo tem por objectivo analisar as implicações da Covid-19 na execução orçamental em Angola, no período entre 2020 e 2021. Em função disto, foram formulados os seguintes objectivos específicos:

1. Abordar teoricamente as implicações pandémicas na actividade económica;
2. Aplicar os procedimentos metodológicos necessários para a análise das implicações da Covid-19 na execução orçamental em Angola no período compreendido entre 2020 e 2021;
3. Descrever as principais implicações causadas pela Covid-19 nos orçamentos de 2020 e 2021.

A justificativa para a realização deste estudo se baseia na relevância crítica do tema das implicações da pandemia de Covid-19 na execução orçamental em Angola. A pandemia representou uma ameaça sem precedentes à saúde da população angolana, bem como à estabilidade económica do país. O fechamento de fronteiras, o confinamento da população e a redução da actividade económica global causaram impactos substanciais na economia de Angola, com o encerramento de empresas, a diminuição da produção, a queda dos preços do petróleo [um componente-chave da economia angolana], e a necessidade de realocar recursos para a saúde pública. Portanto, entender as implicações específicas da Covid-19 nos orçamentos de 2020 e 2021 é essencial para avaliar o impacto económico e identificar estratégias de mitigação para situações similares no futuro.

Além disso, este estudo é fundamental porque contribuirá para o acúmulo de conhecimento sobre como as crises de saúde pública podem afectar as finanças públicas de um país em desenvolvimento como Angola. As conclusões derivadas desta pesquisa poderão informar as políticas públicas, ajudando o governo angolano a melhor se preparar para enfrentar crises semelhantes no futuro e alocar recursos de forma mais eficaz, protegendo tanto a saúde da população quanto a estabilidade económica do país. Portanto, este estudo tem implicações práticas significativas e é de interesse académico e político.

A problemática de investigação surge dada a gravidade do vírus, que se revela pela sua rapidez de propagação e pela sua letalidade nos segmentos populacionais mais idosos. Constatou-se que a pandemia da Covid-19 obrigou os países do mundo ao encerramento das suas fronteiras, levou ao confinamento geral da população e fez com que a economia mundial se retraísse por conta da redução tanto da oferta agregada (produção) como também na procura agregada (consumo).

O confinamento causado pela Covid-19 causou, em Angola, o encerramento de muitas empresas, a redução da força de trabalho efectiva, na produção como nas exportações petrolíferas, por conta da redução do preço da matéria-prima no mercado internacional, causando implicações muito fortes que levaram o Estado angolano a rever em baixa o Orçamento Geral do Estado no ano de 2020, provocando descidas no nível de arrecadação de receitas face ao previsto e alguns cortes orçamentais, sobretudo em despesas com projectos de importância não estrutural e no redireccionamento de despesas para a saúde pública. Sendo assim, formulou-se como problema de investigação a seguinte questão: Que implicações teve a Covid-19 na execução orçamental em Angola no período



compreendido entre 2020 e 2021?

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O objectivo desta secção consiste na abordagem histórica sobre o surgimento e impacto das pandemias que marcaram a história do mundo. Tendo em atenção a abordagem central desta investigação, procurou-se estudar os impactos sobre a economia que as grandes pandemias tiveram a nível mundial. Também é apresentado um quadro comparativo para ilustrar de forma clara os reais impactos das crises pandémicas. Por último, lança-se um olhar sobre as implicações da Covid-19 na economia angolana e as medidas adoptadas pelo Governo angolano no sentido de minimizar os efeitos adversos causados pela pandemia.

2.1. Breve historial sobre as pandemias

A presença de doenças altamente infecciosas que se tornaram pandemias, como a Covid-19, cria sérios problemas de saúde e económicos devido às várias transformações sociais e ambientais globais que ocorreram como resultado do desenvolvimento económico. Como consequência do desenvolvimento económico, a população mundial tornou-se cada vez mais urbanizada e concentrada em grandes cidades (e conglomerados urbanos, como metrópoles e megalópoles) e, também, o nível global da população humana aumentou muito desde o início da Revolução Industrial. A densidade das populações humanas é maior do que nunca. Além disso, a mobilidade das pessoas em todas as dimensões geográficas aumentou tremendamente. Esses factores facilitam o surgimento de novas doenças infecciosas e sua propagação (Tisdell, 2020, citado por Gomes, Leles, Kruger e Veras, 2021). Esses factores, tal como aferem os autores citados, não só facilitam o surgimento de novas doenças como também a rápida propagação destas entre as pessoas, devido à mobilidade que se observa a nível mundial, configurando em alguns casos a existência de circulação comunitária do vírus em qualquer região, transpondo fronteiras, independentemente da sua origem.

Os desenvolvimentos na natureza da actividade económica exacerbam o problema de controlo de novas doenças infecciosas que são transmitidas como resultado do contacto e da presença humana. O aumento da especialização económica e a maior divisão do trabalho, acompanhados pela expansão dos mercados e pela crescente globalização económica, aumentam o risco de que os indivíduos entrem em contacto com fontes que facilitam a ocorrência de doenças altamente contagiosas, como a gripe e a Covid-19. No caso desta última, teve início da China e rapidamente alastrou-se para todo planeta a uma velocidade sem precedentes. As implicações económicas adversas de novas formas ou tipos dessas doenças podem ser graves, dado o alto grau de interdependência da actividade económica nas economias modernas (Tisdell, 2020). Sendo assim, seguidamente será apresentada uma breve visão geral de pandemias de significado histórico e suas implicações económicas.

2.1.1. A peste negra

A peste negra foi um dos primeiros eventos verdadeiramente globais da história da humanidade. Desde a sua chegada à Europa, em 1347, espalhou-se rapidamente pelo continente,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES DA COVID-19 NA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EM ANGOLA NO PERÍODO DE 2020–2021
João de Sousa Kassinda

trazendo consideráveis perdas de vidas humanas e graves consequências económicas e sociais. As pragas não eram algo novo em Espanha ou na Europa, e surtos de peste apareceriam regularmente nos séculos seguintes, até o presente. A diferença entre a peste negra e as experiências epidemiológicas anteriores está na gravidade do choque em um período de tempo muito curto e no retorno da doença, sem cura, que apareceu de forma recorrente. A incidência da peste foi assimétrica na Europa, em parte como consequência das diferentes características económicas e sociais das áreas afetadas (Caballero, Escosura e Nogal, 2020).

Argumenta-se que um longo e enraizado processo de decadência económica já havia se iniciado na Europa quando a peste chegou às suas fronteiras. O crescimento demográfico da Idade Média trouxe a população europeia para perto de seu teto, aumentando a pressão sobre os recursos. O frágil equilíbrio entre os dois (crescimento populacional e recursos) foi rompido quando as condições climáticas deteriorantes reduziram as colheitas e produziram crises de subsistência que tornaram mais provável o aparecimento de doenças. As crises agrárias de 1315–17 e 1340–50 foram, portanto, exemplos desse processo, e o declínio demográfico já estava em curso cinquenta anos antes da chegada da peste negra em algumas áreas da Europa (Caballero, Escosura e Nogal, 2020).

A chegada da peste negra à Europa produziu a pior crise demográfica registada na história humana, devido à escassez de mão-de-obra causada pela doença, na medida em que a peste dizimou parte da população na Europa. Por outro lado, isso resultou a longo prazo no desenvolvimento de tecnologias que economizam trabalho e, conseqüentemente, em maior produtividade. Um desenvolvimento económico significativo e uma mudança social ocorreram na Europa depois que a peste negra diminuiu, levando a uma melhoria dos salários reais a longo prazo e produzindo um aumento repentino da renda *per capita* na maior parte da Europa (Tisdell, 2020; Caballero, Escosura e Nogal, 2020).

De acordo com os autores acima, importa acrescentar que além das implicações negativas que a peste negra trouxe para a Europa, o que se traduziu numa redução populacional, tornando escassa a mão-de-obra na actividade económica, a peste negra forçou um desenvolvimento no sector das tecnologias, que foi o elemento fundamental para a substituição do trabalho humano, elevando a produtividade e os ganhos na produção e traduzindo-se um rápido desenvolvimento económico, que se consubstanciou na redução e posterior erradicação da peste negra por toda Europa.

2.1.2. Gripe “espanhola”

Na primavera de 1918, começaram a aparecer relatos de uma nova doença. A agência internacional de notícias *Reuters* recebeu notícias de fontes espanholas de que “uma estranha forma de doença de carácter epidémico apareceu em Madrid. A epidemia é de natureza branda; nenhuma morte foi relatada”. Isso provou ser parte da primeira, e relativamente leve, onda de uma doença que infectaria aproximadamente 500 milhões de pessoas (cerca de um terço da população global na época) e mataria tantas que seria mais tarde descrita como o evento mais mortal da história humana em termos de contagem de corpos. Este foi o início da pandemia da gripe espanhola (Flecknoe, Wakefield e Simmons, 2018).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES DA COVID-19 NA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EM ANGOLA NO PERÍODO DE 2020-2021
João de Sousa Kassinda

O final de 1918 viu uma segunda onda muito mais mortal da doença varrer os Estados Unidos, a Europa, o México, a Nova Zelândia, a Islândia, o Irão e mesmo nações insulares isoladas, como a Samoa Ocidental (onde matou mais de 20% da população). A análise de cadáveres congelados da época mostrou que era uma variante do vírus da gripe H1N1 e causou danos tão calamitosos aos pulmões e vias respiratórias que as vítimas geralmente morriam de pneumonia bacteriana secundária, pois na época não havia antibióticos para tratamento (Flecknoe, Wakefield e Simmons, 2018).

A pandemia não desencadeou uma grande contração na actividade económica agregada. Uma recessão branda começou em setembro de 1918 e continuou até março de 1919. Os gastos públicos europeus no esforço de guerra podem explicar por que motivo a economia agregada não desacelerou significativamente: “A demanda sem fim por carvão, aço, maquinário, têxteis e outros produtos necessários para o esforço de guerra compensou amplamente os efeitos de uma pandemia tão severa na actividade económica agregada”.

A produção industrial caiu drasticamente, mas se recuperou rapidamente. As vendas a retalho parecem ter sido pouco afectadas pela pandemia, talvez por causa de um aumento nas compras dos consumidores após o Armistício, a 11 de novembro, e nem as falências de negócios nem outras formas de dificuldades financeiras aumentaram significativamente. A pandemia teve um grande impacto em alguns setores. Estima-se que a pandemia causou um declínio de 18% na produção industrial e um declínio de 23% no emprego industrial, em parte porque várias cidades com grandes indústrias manufatureiras estavam entre as que apresentavam as maiores taxas de mortalidade por gripe.

Por mais estragos que a pandemia tenha trazido para a indústria, entende-se que a gripe espanhola não afectou significativamente na desaceleração da economia europeia. Ela surge no contexto da Primeira Guerra mundial, em que os gastos públicos a nível da Europa estavam voltados para fortes investimentos da indústria bélica, o que aumentou a demanda agregada por armamentos para fazer face às despesas com a guerra.

2.1.3. A pandemia de VIH/sida

Em 1983, um retrovírus (mais tarde denominado vírus da imunodeficiência humana ou VIH) foi isolado de um paciente com a doença. Nos 25 anos desde o primeiro relatório, mais de 65 milhões de pessoas foram infectadas com o VIH e mais de 25 milhões morreram de sida. Em todo o mundo, mais de 40 por cento das novas infecções entre adultos ocorrem em jovens de 15 a 24 anos de idade. Noventa e cinco por cento dessas infecções e mortes ocorreram em países em desenvolvimento (Merson, 2006).

A sida foi considerada a principal causa de morte prematura entre pessoas de 15 a 59 anos de idade. Nos países mais atingidos, as bases da sociedade, governança e segurança nacional estão se desgastando, levando as redes de segurança ao ponto de ruptura, com repercussões sociais e económicas que atravessarão gerações (Merson, 2006).

O impacto da epidemia continua a ser muito grave sobre os indivíduos, famílias e nações, reduzindo em mais da metade o Produto Interno Bruto (PIB) dos países gravemente infectados e 480 milhões de pessoas - a estimativa da ONU da população global até o ano 2050. O aumento da



mortalidade afecta as famílias e as comunidades de várias maneiras. As crianças podem ficar sem os pais, aumentando os níveis de orfandade. Em 2001, 13,2 milhões de crianças perderam pelo menos um dos pais devido à sida. A mortalidade dos pais por sida eventualmente resultará em declínio da nutrição familiar, deterioração da condição económica e aumento do número de crianças fora da escola (especialmente meninas), o que leva à deseducação da geração futura (Zanakis, Alvarez e Li, 2007).

Diferenças consideráveis de VIH/sida entre as nações foram atribuídas à pobreza e à instabilidade económica (riqueza da nação), à migração (rural para urbana e estrangeira), à educação (alfabetização), ao acesso a serviços de saúde, ao uso de drogas e a doenças sexualmente transmissíveis. A sida mata pessoas e também a actividade económica, pois a influência da sida no PIB subestima o impacto da sida na humanidade. O impacto do VIH/sida na família não só reverte a capacidade de acumular poupança mas também reduz o consumo, gerando menor capacidade de ganho, produtividade e maiores custos médicos, funerários e legais. Mesmo com a ajuda de organizações globais, uma nação com baixo crescimento económico dificilmente pode pagar os custos de terapia anti-retroviral altamente activa e programas de prevenção (Zanakis, Alvarez e Li, 2007).

Em conformidade com o que afirmam Zanakis, Alvarez e Li (2007), os impactos negativos do VIH sobre o PIB circunscrevem-se à redução do consumo das famílias, que passam por canalizar mais despesas em anti-retovirais. A doença empobrece as famílias e as torna mais vulneráveis à mortalidade, o que pode significar a perda do potencial da força de trabalho de um país e, conseqüentemente, uma baixa produtividade.

2.1.4. Gripe aviária

A 5 de fevereiro de 2005, um editorial alertou os leitores de que um surto de gripe aviária em que o vírus seria transmitido não de aves para pessoas, mas entre pessoas, poderia matar 1,5 bilhão e de que a ciência e a sociedade não estavam preparadas. A gripe aviária atraiu maior cobertura dos órgãos de comunicação social desde o final de 2004, uma cobertura que se intensificou ainda mais após meados de 2005, especialmente em outubro de 2005 (Nerlich; Halliday, 2007).

A disseminação global do vírus da influenza aviária H5N1 prejudicou amplamente as economias em todo o mundo e a segurança alimentar nos países em desenvolvimento. A disseminação da infecção para novos ecossistemas resulta na adoção do vírus a novos hospedeiros, incluindo humanos, o que amplifica o potencial para uma pandemia de gripe. Como é reconhecido que os vírus da influenza aviária podem ser os progenitores do próximo vírus pandémico humano, sua evolução genética deve ser rastreada em detalhes e prontamente investigada (Bogner, Capua, Lipman e Cox, 2006).

2.1.5. Gripe suína

Em abril de 2009, uma nova variante do vírus da gripe, A/H1N1, comumente conhecida como “gripe suína”, começou a se espalhar em vários países ao redor do mundo. A evidência de que esta nova variante poderia passar de humano para humano levou a Organização Mundial da Saúde a elevar rapidamente seu nível de alerta de pandemia para a fase 5, representando “um forte sinal de que uma



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES DA COVID-19 NA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EM ANGOLA NO PERÍODO DE 2020–2021
João de Sousa Kassinda

pandemia é iminente e que é hora de finalizar a organização, comunicação e implementação de que as medidas de mitigação planeadas são curtas. Isso foi posteriormente elevado para a fase 6, indicando que uma pandemia global completa estava em andamento. As medidas de mitigação no Reino Unido se concentraram em identificar, tratar e isolar as pessoas que tinham a doença e educar o público sobre as medidas que os indivíduos podem tomar para reduzir o risco de transmissão. Essas recomendações incluem o uso de lenços de papel ao espirrar, lavar as mãos regularmente com água e sabão e estabelecer uma rede de “amigos da gripe” para fornecer assistência mútua caso alguém fique doente.

Além dos impactos directos sobre a saúde de um surto grave, é preocupante o impacto económico, especialmente em um momento de recessão global. O planeamento de preparação para uma pandemia deve, portanto, equilibrar duas vertentes políticas principais - manter “negócios como de costume” para minimizar o impacto económico de uma pandemia e encorajar o “distanciamento social” para minimizar o impacto relacionado à saúde de uma pandemia - além de usar recursos como antivirais e vacinas (Smith, Keogh-Brown, Barnett e Tait, 2009).

Logo, entendemos que a gripe suína colocou os governantes num dilema, que se baseava entre continuar com actividade económica de forma a obter mais recursos para combater a gripe ou impor um distanciamento social como forma de reduzir a propagação do vírus.

2.1.6. A pandemia por Covid-19 e a economia

A literatura económica sobre o controlo ideal de doenças é esparsa, e seus modelos lidam principalmente com o comportamento individual e as externalidades da tomada de decisão individual com relação ao tratamento, vacinação ou distanciamento social. Os custos e benefícios nos modelos de controlo ideal existentes são normalmente relacionados com o estado de saúde dos indivíduos, calculados pela atribuição de valores ou pesos aos indivíduos de acordo com seu estado de saúde (Rowthorn; Maciejowski, 2020).

A Covid-19 está causando as perdas mais graves às economias de muitas nações. Estima-se que o surto atual de Covid-19 custe US\$ 1 trilhão para a economia mundial durante o ano de 2020. De acordo com especialistas, esse impacto é ainda pior do que a Grande Crise Financeira que o mundo enfrentou em 2007–2008. Os países estão reduzindo as taxas de juros e revisando seus gastos (Kabir, Afzal, Khan e Ahmed, 2020).

Os políticos em muitos países responderam para salvar suas economias. Para mitigar o impacto socioeconómico da Covid-19, a União Europeia (UE) iniciou várias intervenções, incluindo um pacote financeiro de 540 bilhões de euros para apoiar empresas e trabalhadores na UE. A maioria dessas intervenções foi limitada a impulso fiscal imediato, diferimentos e provisões e garantias de liquidez. Isso incluiu o diferimento de pagamentos como impostos e segurança social e linhas de crédito por meio de bancos nacionais para os sectores público e privado. Gastos adicionais do governo com suprimentos médicos e nos sectores de saúde, salários e reajustes de salários também prevaleceram entre as várias medidas tomadas.

O pagamento automático de benefícios sociais e o baixo crescimento significaram que a dívida nacional aumentou na maioria dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES DA COVID-19 NA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EM ANGOLA NO PERÍODO DE 2020–2021
João de Sousa Kassinda

Económico (OCDE) após a crise financeira. Em França, aumentou de 87,8% em 2011 para 98,4% em 2018, na Itália de 119,7% para 134,8%, no Reino Unido de 80,1% para 85,7% e nos Estados Unidos de 99,8% para 106,9%. A exceção foi a Alemanha, onde o nível caiu de 79,8% para 61,9% (Daunton, 2020).

A compra de títulos de longo prazo no mercado aberto para aumentar a oferta de moeda e encorajar empréstimos e investimentos por parte dos bancos centrais adoptados nos Estados Unidos, Grã-Bretanha e, eventualmente, na União Europeia teve graves consequências distributivas que contribuíram para a fragilidade da economia em 2020. Levando a preços de ativos mais altos que beneficiaram os 10% mais ricos, sua riqueza e rendimento aumentaram e, dada sua menor propensão a consumir, o resultado foi um excesso de poupança dos ricos (Daunton, 2020).

Em contraste, a austeridade significou que os 90% mais baixos da distribuição do rendimento se voltaram para a dívida privada e pouparam para manter o consumo. O aumento do endividamento significava que tinham maiores dificuldades em manter os gastos, o que levou à fragilidade económica - e o governo de países pobres não interferiram com gastos públicos suficientes para manter o consumo geral. A tributação não mais contribuiu para reduzir a desigualdade de rendimento e riqueza, e as disparidades continuaram para aumentar com o ressentimento e a desilusão que alimentaram o populismo e o nacionalismo económico (Daunton, 2020).

O potencial da pandemia de interromper os arranjos de governança está parcialmente ligado ao facto de ter destacado a fragilidade de um sistema económico global que, até agora, parecia o único possível, de ter exposto e agravado desigualdades estruturais em níveis locais a globais e de ter solicitado uma ampla intervenção estatal para enfrentar a emergência sanitária e as consequências económicas resultantes, potencialmente reformulando os discursos públicos sobre o papel do Estado e do mercado nos próximos anos (Cotula, 2021).

Assim sendo, o a figura a seguir faz um resumo mais detalhado sobre as implicações económicas desses surtos:



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES DA COVID-19 NA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EM ANGOLA NO PERÍODO DE 2020–2021
 João de Sousa Kassinda

Figura 1 - Quadro comparativo sobre as implicações económicas das pandemias

PANDEMIAS	IMPLICAÇÕES
Peste negra	Escassez da mão-de-obra.
Gripe espanhola	Recessão branda da actividade económica; Queda na produção industrial, provocando desemprego no sector.
VIH	Redução do PIB nos países mais afectados; Deterioração da condição económica das famílias; Aumento da pobreza e a instabilidade económica; Baixa produtividade.
Gripe aviária	Insegurança alimentar nos países em desenvolvimento.
Gripe suína	O dilema entre a actividade económica e o isolamento social.
Covid-19	Encerramento de empresas e indústrias; Redução da produção a todos os níveis; Redução da demanda e da oferta agregada; Reajustes salariais; Abrandamento no pagamento da dívida pública; Aumento do desemprego.

Fonte: Elaboração própria

Com base na figura nº1, fica a ideia de que as pandemias impactaram sempre negativamente no crescimento populacional a nível global, sendo a população um elemento essencial para o desenvolvimento da actividade económica, na produção e consumo. Durante o período em que vigoram as pandemias, os governos foram forçados a reorientar as suas políticas públicas para o combate sem precedentes de tais surtos. Estas medidas passaram a ser materializadas com o exercício da actividade financeira do governos, isto é, nos domínios da política fiscal e os orçamentos de estados passaram a dotar mais despesas para o combate as pandemias, passando a saúde a beneficiar de maiores verbas orçamentais tendo em conta a criação de fundos emergenciais para mitigação dos efeitos adversos das crises sanitárias.

Neste sentido, o propósito desta pesquisa consiste em analisar as medidas que o governo angolano tomou nos domínios orçamentais em função da pandemia da Covid-19, isto é, averiguar as reais implicações da pandemia na execução orçamental, procurando perceber as principais alterações



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES DA COVID-19 NA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EM ANGOLA NO PERÍODO DE 2020–2021
João de Sousa Kassinda

ou introduções de dotações orçamentais feitas num contexto de crise. Porém, antes de descrevermos as implicações em matéria de execução orçamental, queremos olhar para os impactos causados pela Covid-19 na economia angolana e para as medidas adoptadas para contrapor os seus efeitos.

2.2. Impacto da Covid-19 sobre a economia nacional

Tal como em outros países, principalmente os produtores de petróleo, a queda do preço desta *commodity* nos mercados financeiros internacionais, devido à pandemia da Covid-19, afectou também negativamente a economia nacional, uma vez que as exportações angolanas são fortemente dependentes desta *commodity* (CMC, 2020).

Segundo o Relatório de Fundamentação do OGE revisto, a produção petrolífera diária em 2020 passou de 1.436,9 mil Bbl/dia, inicialmente previstos, para cerca 1.283,5 mil Bbl/dia, em resultado do acordo entre a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e seus aliados, com vista a contrariar a tendência de queda do preço do petróleo provocado pela pandemia. Com isto, as novas projecções apontam para uma contracção do PIB real na ordem de 3,6% em 2020. Com base em CMC (2020), a dívida pública atingiu cerca de 113% do PIB em 2019 e poderá ascender a 123% em 2020, caso as condições económicas internacionais não melhorem substancialmente. Não obstante, a Covid-19 também condicionou a actividade produtiva interna, sendo que as medidas de isolamento social e distanciamento desincentivam o consumo, o que tem efeitos perversos sobre a rendibilidade e oferta das empresas, com potencial para aumentar o desemprego em grande escala.

2.2.1. Medidas adoptadas pelo governo angolano face à Covid-19

De acordo com o Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, a medidas tomadas pelo governo angolano não estão longe das medidas tomada pelos demais países, pois rapidamente o governo angolano encerrou as fronteiras para os países que já tinham casos positivos, declarou de seguida o estado de emergência (que foi prorrogado num intervalo superior a um mês) e limitou as deslocações para o exterior pela imposição de uma cerca sanitária internamente. Em consequência disto, o governo adoptou um conjunto de medidas fiscais, monetárias e cambiais (CEIC-UCAN, 2020).

Com a finalidade de minimizar os efeitos da pandemia sobre a economia nacional, o Executivo angolano, por via do Decreto Presidencial n.º 98/20, de 9 de Abril, adoptou um conjunto de medidas imediatas, económicas e financeiras, de alívio aos efeitos negativos provocados pela Covid-19, a destacar as seguintes:

- Alargamento do prazo de liquidação do Imposto Industrial (II) em um (1) mês:

Para aliviar e garantir maior liquidez às empresas, o Governo decidiu que as empresas do grupo B, ao invés de liquidarem o II no final de Abril, como diz a Lei, poderão agora fazê-lo a 29 de Maio de 2020. As empresas do grupo A, que deviam liquidar a 31 de Maio de 2020, poderão fazê-lo a 30 de Junho.

Esta medida foi adoptada para que as empresas tivessem capacidade de honrar os seus compromissos salariais. Pelo facto de a actividade empresarial ter abrandado com a declaração de

RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES DA COVID-19 NA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EM ANGOLA NO PERÍODO DE 2020–2021
João de Sousa Kassinda

estado de emergência, muitas empresas viram seus lucros caindo. Eis a razão por que um alargamento fiscal (no pagamento do imposto) por parte do Estado possibilita que as empresas tenham algum fundo para pagarem os salários dos trabalhadores. Porém, segundo o CEIC (2020), “é verdade que tal decisão poderá provocar dificuldades ao nível das finanças públicas, mas a estabilidade das empresas deveria estar acima, pois estas é que muito contribuem para as receitas fiscais e para a geração e manutenção de empregos”.

- Pagamento da Segurança Social (8% da entidade empregadora) dos meses de Abril, Maio e Junho em seis parcelas mensais, de Julho a Dezembro de 2020

Com esta medida, o Governo estará a permitir que as empresas, inscritas no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e que contribuem para a Segurança Social dos seus trabalhadores, tenham disponibilidade financeira para fazer investimentos. No caso dos trabalhadores, eles receberiam na sua plenitude o salário como forma de melhorar o rendimento disponível familiar proveniente dos salários.

- Crédito e liquidez disponível para as empresas

O Governo anunciou um conjunto de linhas de crédito a que as empresas poderão ter acesso para reforçar os seus níveis de liquidez na economia para que possam absorver tal liquidez e aplicá-la como forma de investimento (CEIC, 2020). Assim, de uma forma geral, a adopção dessas medidas consubstancia-se num pacote denominado de “medidas de alívio económico”. Conforme o nome diz, é mesmo para aliviar as empresas e os trabalhadores dos efeitos negativos causados pela pandemia da Covid-19.

3. MÉTODO

Do ponto de vista da abordagem do problema, este estudo constitui uma pesquisa quantitativa, porquanto procurou, entre uma variedade de informações, medir as implicações que a Covid-19 teve sobre a economia angolana, particularmente na execução orçamental nos períodos de 2020 a 2021.

Quanto aos seus objectivos, o estudo assume-se numa pesquisa descritiva, na qual visa descrever as causas e as consequências que as pandemias têm sobre a economia de uma forma geral e de modo particular as implicações da Covid-19 na execução orçamental em Angola. Neste âmbito, o estudo baseou-se na observação sistemática e no levantamento de dados.

Tendo em conta os procedimentos técnicos, constitui um pesquisa bibliográfica, cuja elaboração foi feita a partir de materiais publicados, constituídos principalmente por livros, artigos científicos e, actualmente, material disponibilizado na Internet.

Em função do tipo de pesquisa, foram utilizados os seguintes métodos:

Histórico-lógico foi utilizado no sentido de investigar a evolução histórica das pandemias no contexto económico, para percebermos a forma pela qual a Covid-19 impactou a economia angolana, em particular a execução orçamental. Com este método percebemos como as crises pandémicas evoluíram no mundo e como actualmente se podem encontrar mecanismos para sua prevenção/combate.

Método comparativo inscreve-se neste contexto na medida em que, por meio do referencial teórico, se efectuou um quadro comparativo sobre os efeitos que as pandemias [cada uma em

RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES DA COVID-19 NA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EM ANGOLA NO PERÍODO DE 2020-2021
João de Sousa Kassinda

particular] tiveram sobre a economia mundial.

Análise-síntese permitiu avaliar as implicações que a Covid-19 teve na execução orçamental, entre diferentes aspectos, fixando-se sobretudo naqueles que interessam à investigação. Com este método foi possível, no meio de tanta informação sobre a temática, sintetizar ao máximo aquela que conferem maior entendimento à investigação.

Para a recolha dos dados, foi usada essencialmente a pesquisa bibliográfica e a revisão documental, que se baseou em relatórios institucionais divulgados sobretudo pelo Ministério das Finanças, como é o caso dos relatórios de fundamentação do OGE e dos documentos publicados por organizações internacionais que abordam o tema. Foi também utilizada a observação sistemática, de que, em função da realidade socioeconómica causada pela pandemia, retiramos conclusões que deram sustentabilidade às ideias defendidas durante a pesquisa.

Relativamente as técnicas, os dados foram obtidos sobretudo em relatórios divulgados no portal do Ministério das Finanças. Com estes analisaram-se os relatórios de fundamentação do OGE-2020, 2020 revisto e 2021, respectivamente. Com estes relatórios foi possível fazer uma leitura dos dados e descrever as implicações da Covid-19 nos referidos orçamentos. Os elementos analisados prendem-se em particular com as receitas e despesas públicas nos períodos em referência.

Para o efeito, recorreu-se a tabelas e gráficos que foram construídos com recurso à ferramenta do *Excel*, o que facilitou a leitura e a interpretação da informação. A análise da informação teve lugar em função dos dados espelhados nos gráficos e tabelas, fazendo uma análise descritiva de acordo com informação numérica apresentada.

4. RESULTADOS E ANÁLISE

Segundo o Relatório de Fundamentação do OGE revisto de 2020, a pandemia da Covid-19 trouxe alterações no cenário económico angolano, pois as principais implicações que ela trouxe prendem-se com a redução das receitas petrolíferas e diamantíferas, por via do preço e da produção, do encarecimento das importações e/ou da diminuição das importações, dos choques de produção e de consumo, gerados pelas medidas de isolamento social, compulsivas e voluntárias, com potencial para culminar numa redução acentuada das receitas não petrolíferas, do aumento das despesas públicas e isenções fiscais para fazer face ao surto, da pressão sobre a taxa de câmbio e sobre os preços, gerada sobretudo pela menor disponibilidade de moeda estrangeira e pela contracção da oferta de bens e serviços, e do aumento do custo de financiamento externo e interno para os sectores público e privado.

4.1. A execução orçamental de 2020

O comportamento económico, aliado ao efeito da pandemia Covid-19, afecta negativamente o rendimento disponível das famílias, a taxa de desemprego e os níveis de poupança pública, inibindo o consumo, o crescimento da produção e do investimento.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES DA COVID-19 NA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EM ANGOLA NO PERÍODO DE 2020-2021
 João de Sousa Kassinda

Tabela 1 - Quadro Macroeconómico de Referência 2020

Indicadores	2020	
	OGE	OGE revisto
Inflação (%)	25,0	25,0
Produção de Diamantes (Mil quilates)	10 175,0	8 000,0
Preço Médio dos Diamantes (USD/quilate)	162,1	103,0
Produção de Petróleo (Milhões Bbl)	524,5	469,7
Produção Petrolífera (MilBbl)/dia)	1 436,9	1 283,5
Produção de Gás Anual (Mil BOEPD)	99,8	129,5
Preço Médio do Petróleo (USD/Bbl)	55,0	33,0
Preço Médio do LNG (USD/BOE)	50,9	19,0

Fonte: Ministério da Economia e Planeamento

Com o advento da Covid-19, os indicadores económicos foram revistos em baixa de acordo com o OGE de 2020 revisto, com excepção da taxa de inflação, cuja previsão para 2020 se manteve inalterada. A produção do gás foi revista em alta, ou seja, houve projecções para um aumento da produção do gás em 29,7 mil barris de óleo equivalente por dia. A produção diamantífera caiu 78,6% do OGE para o OGE revisto em 2020, o que impactou na redução prevista do seu preço em aproximadamente 64%.

Dado o encerramento das fronteiras, que causou a redução da procura agregada e da produção global, a produção petrolífera também foi revista em baixa, passando a previsão do seu preço do OGE revisto a uma queda de 60%.

Com base na tabela 1, fica clara a ideia de que a Covid-19 teve implicações muito fortes nos indicadores económicos que constituíram a razão fundamental para a revisão do Orçamento Geral do Estado para o ano de 2020.

Após o diagnóstico sobre o potencial impacto da Covid-19 sobre a economia angolana, concluído e aprovado em Março de 2020, o Executivo aprovou as Medidas Transitórias de Resposta à Baixa do Preço do Petróleo e ao Impacto da Pandemia sobre o Orçamento Geral do Estado de 2020 (Decreto Presidencial n.º 96/20, de 9 de Abril).

Entre as referidas medidas transitórias, destacam-se:

- Cativação de 30% das despesas com Bens e Serviços, não relacionadas com alimentação, medicamentos, limpeza e saneamento;
- Suspensão de parte das Despesas de Capital sem financiamento garantido;
- Suspensão das Despesas de Apoio ao Desenvolvimento que não sejam de carácter prioritário e estrutural;
- Suspensão de todos os “Créditos Adicionais”, com excepção das despesas com o pessoal e projectos de carácter prioritário e estrutural;
- Suspensão de todos os processos de novas admissões e promoções na função pública;
- Proibição do processamento de despesas fora do SIGFE e aceleração da implementação dos mecanismos de processamento de todas as despesas com o pessoal no SIGFE;



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES DA COVID-19 NA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EM ANGOLA NO PERÍODO DE 2020-2021
João de Sousa Kassinda

- Redução das viagens dos Órgãos Auxiliares do Titular do Poder Executivo e das Delegações Executivas Governamentais;
- Redefinição e tipificação da gama de viaturas a serem atribuídas aos gestores públicos;
- Suspensão da aquisição de novas viaturas para uso pessoal.

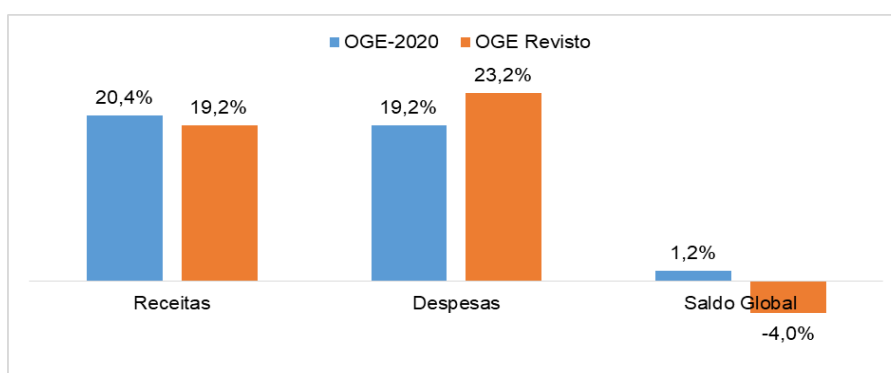
De forma genérica, tais medidas foram adoptadas pelo Executivo no sentido de responder à queda do preço do barril de petróleo, que impactou negativamente as receitas públicas e em resposta às implicações que a pandemia trouxe para a economia angolana, como forma de conter os gastos públicos, visando uma melhor adequação dos mesmos em função da nova realidade socioeconómica.

Por via do mesmo Decreto, o presidente da República autorizou o Ministério das Finanças a iniciar o processo de preparação da proposta de revisão do OGE-2020. Em paralelo à preparação da revisão do OGE-2020, autorizou-se igualmente a implementação de medidas adicionais do lado da Política Fiscal, que se baseavam em:

- Subtrair 1,5 mil milhões de dólares do Fundo Soberano Angola (FSDEA);
- Acelerar as privatizações (PROPRIV²);
- Autorizar o INSS a comprar títulos no mercado primário, nomeadamente Títulos do Tesouro;
- Limitar a componente *cash* do Programa de Regularização de Atrasados fora do SIGFE;
- Identificar e operacionalizar todas as fontes de financiamento possível para contrapor os efeitos directos e indirectos da Covid-19.

Nesta senda, o OGE Revisto para 2020 foi avaliado em Kz 13 455,3 mil milhões, reflectindo uma redução de 15,7% relativamente ao OGE-2020 Inicial (Kz 15 970,6 mil milhões). As projecções fiscais do OGE-2020 Revisto apontam para um défice fiscal equivalente a 4,0% do PIB, uma redução de 5,3% do PIB face ao valor previsto no OGE-2020 Inicial.

Gráfico 1 – Quadro fiscal em 2020



Fonte: Adaptado, Relatório de Fundamentação do OGE-2020 revisto.

A Covid-19 trouxe implicações negativas para a economia mundial, das quais a economia angolana não excluída. Tendo o petróleo como a principal fonte de receitas e com uma representação significativa nas exportações angolana, ao se baixas significativas no preço do barril no mercado internacional e uma redução na produção petrolífera, as receitas públicas tiveram uma redução do

² Programa de privatizações.



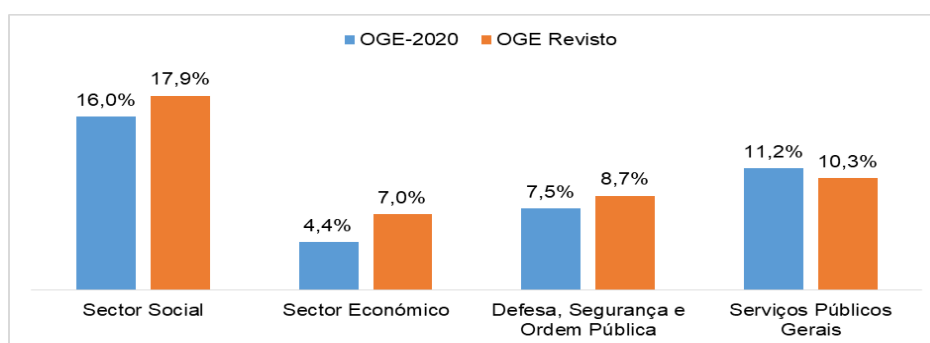
RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES DA COVID-19 NA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EM ANGOLA NO PERÍODO DE 2020-2021
João de Sousa Kassinda

OGE-2020 inicial para o OGE-2020 revisto, registando uma queda de 1,2%, ao passo que as despesas públicas tiveram um aumento de 4% em função de um conjunto de medidas que o Executivo angolano implementou no sentido de aliviar os impactos da Covid-19 sobre as famílias e as empresas. Este aumento das despesas, em contraste com a redução das receitas públicas, traduziu-se num défice fiscal de -4,0% para o OGE-2020 revisto.

Embora na situação em que o país se encontrava a revisão orçamental tenha causado aumentos nas despesas públicas, verificou-se um acréscimo das despesas correntes em 2,6% e um aumento das despesas de capital em 1,4%, influenciado pela aquisição de activos não financeiros.

Gráfico 2 - Distribuição funcional das despesas em 2020



Fonte: Adpatado, Relatório de Fundamentação do OGE-2020 revisto

Por mais que o gráfico ilustre uma tendência crescente na distribuição das despesas por função, a realidade é que o OGE-2020 inicial sofreu uma redução no seu valor global para o OGE-2020 revisto. Com excepção das despesas com os serviços públicos gerais, os demais sectores registaram um aumento na revisão orçamental, pois o Executivo decidiu alocar mais verbas para o sector social, nomeadamente para a saúde, em consequência da Covid-19, e também se reviram em alta as despesas para o sector económico em função das medidas de alívio para as empresas, como forma de responder aos efeitos que a pandemia causou na economia angolana.

4.2. A execução orçamental de 2021

No caso da elaboração do OGE-2021, a sua execução foi caracterizada por um duplo choque, provocado pela pandemia da Covid-19, nomeadamente: i) choque sanitário, que está a levar à realocação de recursos para o redimensionamento dos sistemas nacionais de saúde; e ii) restrição significativa na movimentação de pessoas, com potencial de restrição da demanda agregada, dos fluxos do comércio internacional e do crescimento do PIB mundial.

O Orçamento Geral do Estado para 2021 foi avaliado em cerca de Kz 14 785 mil milhões, reflectindo um aumento de 9,9% relativamente ao OGE-2020 Revisto (Kz 13 455,3 mil milhões). As projecções fiscais do OGE-2021 apontaram para um défice fiscal equivalente a 2,3% do PIB, uma redução de cerca de 1,6 p.p. em relação ao valor previsto no OGE-2020 Revisto (4,0%).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

ISSN 2675-6218

ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES DA COVID-19 NA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EM ANGOLA NO PERÍODO DE 2020-2021
João de Sousa Kassinda

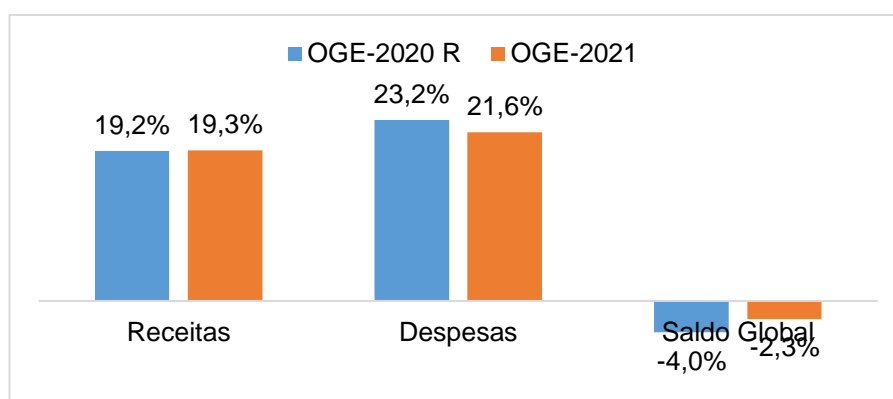
Tabela 2 – Quadro Macroeconómico de Referência 2021

Indicadores	2020	2021
	OGE revisto	OGE
Inflação (%)	25,0	18,7
Produção de Diamantes (Mil quilates)	8 000,0	9 141,0
Preço Médio dos Diamantes (USD/quilate)	103,0	184,6
Produção de Petróleo + Gás Anual (M Bbl)	599,3	558,7
Produção Petrolífera (MilBbl)/dia)	1 283,5	1 220,04
Preço Médio do Petróleo (USD/Bbl)	33,0	39,0
Preço Médio do LNG (USD/BOE)	19,0	27,0

Fonte: Programação Macroeconómica Executiva Revista 2021 MEP, MINFIN, MINPET e BNA

Em função das medidas adoptadas pelo executivo, cuja finalidade consiste em relançar a economia nacional com base num conjunto de programas, bem como reduzir os efeitos da pandemia sobre as condições de vida da população, o ano de 2021 foi marcante por conta da descoberta da vacina contra a Covid-19 (o que influenciou significativamente a subida do preço do barril de petróleo no mercado internacional) e também com as acções de vacinação por fase da população angolana. Neste sentido, para 2021, projectou-se uma taxa de inflação relativamente baixa tendo em conta o período anterior, isto pela implementação de um conjunto de acções que visam a redução dos preços, sobretudo os que compõem a cesta básica, para que os consumidores recuperem o seu poder de compra. Estas acções visam a atribuição de benefícios tarifários a produtos da cesta básica importados, a redução da alíquota do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) sobre diversos produtos e a efectivação do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI). De forma análoga, o OGE-2021 prevê um crescimento a nível genérico dos principais indicadores económicos, tal como espelha a tabela anterior.

Gráfico 3 - Quadro fiscal em 2021



Fonte: Adaptado, Relatório de Fundamentação do OGE-2021

Contrariamente ao OGE do ano anterior, para o ano de 2021 previa-se uma arrecadação de receitas superior ao orçamento anteriormente revisto na proporção de apenas 0,1%, isto devido à retoma, embora lenta, da actividade económica motivada pela vacinação em massa da população a

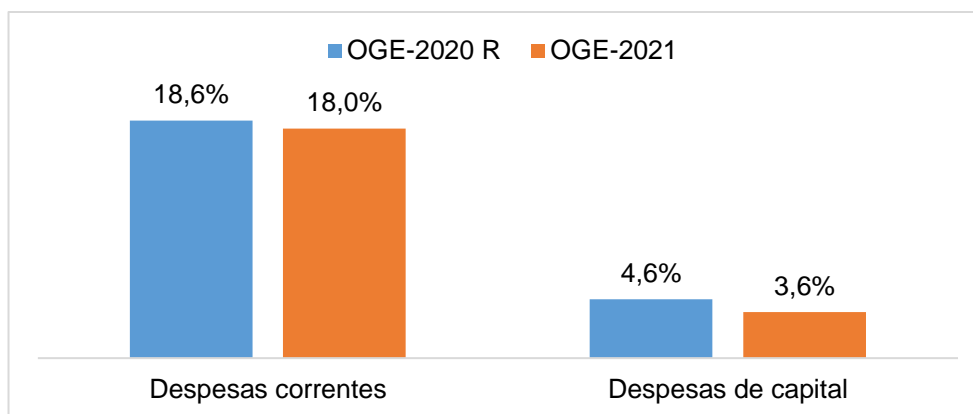


RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES DA COVID-19 NA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EM ANGOLA NO PERÍODO DE 2020-2021
João de Sousa Kassinda

nível mundial, bem como pelo abrandamento dos casos de contaminação por Covid-19 registados em todos os países. Tal facto induziu os governos a procederem de forma gradual ao levantamento das restrições sanitárias impostas pela pandemia. De 2020 para 2021, houve uma redução nas despesas públicas, com base ao plano de optimização da despesa pública, e isto reverteu-se numa redução considerável do défice fiscal.

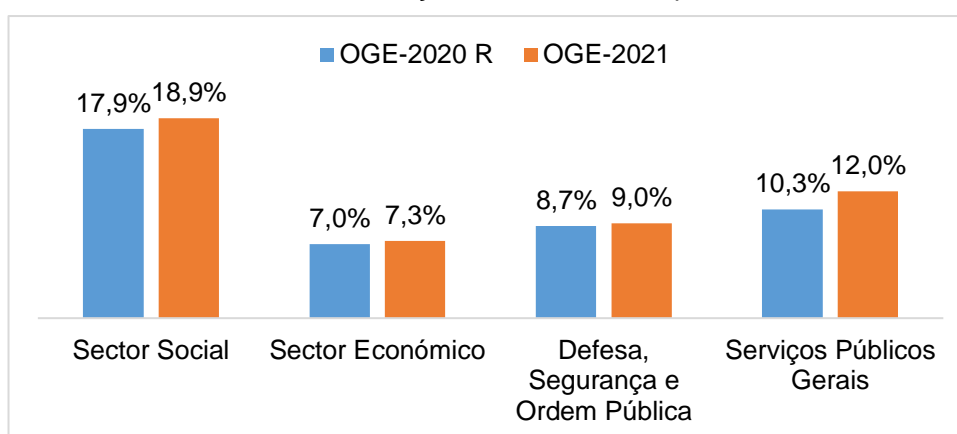
Gráfico 4 – Comportamento das despesas por tipo em 2021



Fonte: Adpatado, Relatório de Fundamentação do OGE-2021

Fruto da redução das despesas públicas no OGE-2021, verificou-se de forma semelhante uma redução das despesas correntes em 0,6% em relação ao orçamento do ano anterior, o mesmo ocorrendo com as despesas de capital, que caíram 1%.

Gráfico 5 – Distribuição funcional das despesas em 2021



Fonte: Adpatado, Relatório de Fundamentação do OGE-2021

Em relação ao OGE-2020 revisto, o OGE-2021 registou um aumento nas despesas funcionais, desde aumentos das dotações no sector social aos serviços públicos gerais, sendo os serviços públicos gerais os que mais registaram esse aumento, na proporção de 1,7% relativamente ao ano anterior.

De uma forma ou de outra, embora o OGE-2021 tenha registado ligeiros aumentos face ao OGE do ano anterior pelas razões já mencionadas, é comum a ideia de que a pandemia afectou e continua afectando negativamente a economia angolana e, sobretudo, as finanças públicas, sendo que



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES DA COVID-19 NA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EM ANGOLA NO PERÍODO DE 2020-2021
João de Sousa Kassinda

os pressupostos para elaboração do OGE são baseados em um cenário de incerteza, face ao aumento de casos de infecção por Covid-19, pelo surgimento de novas variantes do vírus.

Actualmente, o surgimento das novas variantes pode causar efeitos mais nefastos à economia, que poderão levar o país de novo a um confinamento geral (declaração de estado de emergência), o que poderá significar enormes perdas para actividade económica, provavelmente obrigando a uma eventual revisão orçamental. É por esta razão que a Covid-19, por ser uma variável em constante evolução, continuará afectando negativamente a economia angolana.

5. CONCLUSÃO

Em função do que se abordou nas secções anteriores e em particular com os resultados apresentados, chegou-se à seguinte conclusão:

Por meio da abordagem teórica, comprovou-se que as pandemias têm enormes implicações para economia a nível dos países, na medida em que afectam a saúde humana, que constitui o factor essencial de produção, e a economia, pois restringem a produção e o consumo a todos os níveis e, conseqüentemente, canalizam os recursos da economia para o sector da saúde, causando enormes défices nas finanças públicas.

Com a aplicação dos procedimentos metodológicos, o problema foi solucionado, pois os resultados da investigação revelaram que, nos períodos de 2020 a 2021, a pandemia teve muitas implicações na economia nacional, reduzindo as receitas e elevando o défice orçamental, forçando o Governo angolano e criar um conjunto de medidas para contrapor os efeitos da pandemia.

Assim, as principais implicações causadas pela Covid-19 nos orçamentos de 2020 e 2021 estiveram numa redução do bolo orçamental da ordem dos 15,7% face ao OGE-2020 inicial, causando um aumento das despesas no sector social e um abrandamento económico que levou a uma redução significativa das receitas públicas. Para o ano de 2021, o OGE foi avaliado com um aumento na ordem dos 9,9% em relação ao do ano anterior, motivado pela descoberta da vacina contra a Covid-19 e pela retoma paulatina da actividade económica. Pois, embora em 2021 se tenha verificado um aquecimento da economia angolana, o défice fiscal permanece devido ao aumento das despesas face às receitas e ao ambiente de incerteza no contexto da pandemia.

REFERÊNCIAS

BOGNER, P.; CAPUA, I.; LIPMAN, D. J.; E COX, N. J. **Uma iniciativa global sobre a partilha de dados da gripe aviária**. Londres: Natureza, 2006.

CABALLERO, C. S.; ESCOSURA, L. P.; NOGAL, C. A. **Efeitos económicos da Morte Negra**: Espanha na perspetiva europeia. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid. Instituto Figuerola, 2020.

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA. **Covid 19**: Impactos económicos e sociais em Angola: Contribuições para o debate. Luanda: CEIC-UCAN - Universidade Católica de Angola, 2020.

COMISSÃO DE MERCADOS DE CAPITALIS. **Avaliação do impacto da Covid-19 sobre o Mercado de Valores Mobiliários Angolano**. Luanda: CMC, 2020.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES DA COVID-19 NA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EM ANGOLA NO PERÍODO DE 2020–2021
 João de Sousa Kassinda

COTULA, L. **Rumo a uma economia política da crise Covid-19: Reflexões sobre uma agenda de investigação e ação.** [S. l.: s. n.], 2021.

DAUNTON, M. Da crise financeira global à Covid-19: Pagar os custos. **Jornal de História Europeia Moderna**, 2020.

FLECKNOE, D.; WAKEFIELD, B. C.; SIMMONS, A. Pragas e guerras: a pandemia da Gripe Espanhola como lição da história. **Medicina, Conflito e Sobrevivência**, 2018.

KABIR, M.; AFZAL, M. S.; KHAN, A.; AHMED, H. Covid-19 pandemia e custo económico; impacto nas pessoas deslocadas à força. **Medicina de viagem e doenças infecciosas**, 2020.

KUPER, H.; LYRA, T. M.; MOREIRA, M. E. L.; DE ALBUQUERQUE, M. D. S. V.; DE ARAÚJO, T. V. B., FERNANDES, S.; VALONGUEIRO, S. Impactos sociais e económicos da síndrome congénita zika no Brasil: Protocolo de estudo e fundamentação para um estudo de métodos mistos. **Pesquisa aberta**, 2018.

LEE, B. Y.; ALFARO-MURILLO, J. A.; PARPIA, A. S.; ASTI, L.; WEDLOCK, P. T.; HOTEZ, P. J.; GALVANI, A. P. O potencial fardo económico de Zika nos Estados Unidos continental. **PLoS**, 2017.

MERSON, M. H. A pandemia do VIH-sida aos 25 anos — a resposta global. **New England Journal of Medicine**, 2006.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS. **Relatório de Fundamentação do OGE de 2021**. Luanda: Minfin, 2020.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS. **Relatório de Fundamentação do OGE revisto de 2020**. Luanda: Minfin, 2020.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS. **Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado de 2020**. Luanda: Minfin, 2019.

MUSSO, D.; GUBLER, D. J. Vírus Zika. **Revisões clínicas de microbiologia**, 2016.

NERLICH, B.; HALLIDAY, C. Gripe aviária: a criação de expectativas na interação entre a ciência e os meios de comunicação social. **Sociologia da saúde e doenças**, 2007.

PETERSEN, L. R.; JAMIESON, D. J.; POWERS, A. M.; HONEIN, M. A. Vírus Zika. **New England Journal of Medicine**, 2016.

QIU, W.; RUTHERFORD, S.; MAO, A.; CHU, C. A pandemia e os seus impactos. **Saúde, cultura e sociedade**, 2017.

ROWTHORN, R.; MACIEJOWSKI, J. Uma análise custo-benefício da doença Covid-19. **Oxford Review of Economic Policy**, 2020.

SMITH, R. D.; KEOGH-BROWN, M. R.; BARNETT, T.; TAIT, J. **O impacto económico da gripe pandemia no Reino Unido: uma experiência de modelização de equilíbrio geral computável.** [S. l.: s. n.], 2009.

TISDELL, C. A. Questões económicas, sociais e políticas levantadas pela pandemia Covid-19. **Análise económica e política**, 2020.